

1 **Ata da 63ª Reunião Plenária Extrordinária do Comitê das Bacias Hidrográficas do rio Paraíba do**
2 **Sul, realizada aos vinte e nove dias do mês de maio de dois mil e vinte e quatro, às nove horas,**
3 **virtualmente pela plataforma Zoom.** Estavam presentes os servidores do DAEE que trabalham na
4 Secretaria Executiva do CBH-PS: Roselânia Soares dos Santos, Alan Charles Dias, Camila Bortholace
5 e Silvana Sampaio Righi (DAEE/CBH-PS). Membros do Colegiado, estavam presentes em 1ª
6 chamada: **representantes da Sociedade Civil:** Sr. Renato Veneziani, (titular - Sindicato Rural de São
7 José dos Campos), Sra. Maria Regina de Aquino Silva (titular - UNIVAP), Sr. Wander Luis Cardoso
8 Bastos (titular – Sindicato Rural de Cruzeiro), Sr. Ricardo Esper (titular – CIESP de Jacareí), Sr. Clovis
9 Pinto (suplente – CIESP de Taubaté), Sra. Maria Tereza Roman, (titular – AKARUI), Sra. Amely
10 Irmtraut Fauser (titular – Instituto H&H Fauser), Sr. Edargê Marcondes Filho (Sindicato dos Engenheiros
11 do Estado de São Paulo – Vale do Paraíba), Sr. Luiz Eduardo de Corrêa Lima (Rotary Club de
12 Caçapava – Jequitibá) e Sr. Luiz Alberto de Souza (suplente – SINDIPEDRAS) **para efeito de**
13 **quórum, 10 (dez) membros do segmento Sociedade Civil; representantes dos Municípios:** Sr.
14 Agenor Micaeli (titular – Prefeitura de Caçapava), Sra. Maria Eduarda San Martin (titular – Prefeitura
15 de Pindamonhangaba), Sra. Raquel Karoline Diniz (titular – Prefeitura de Potim), Sra. Ana Luisa Ribeiro
16 dos Santos (titular – Prefeitura de Cruzeiro), Sr. Willinilton Portugal (titular – Prefeitura de Cachoeira
17 Paulista), Sr. Fabio de Silva Laurindo (titular – Prefeitura de Santa Isabel), Sra. Claude Mary de Moura
18 (titular – Prefeitura de Jacareí), Sr. Marcelo Pereira Manara (titular – Prefeitura de São José dos
19 Campos), Sr. Camilo Lellis dos Reis, representante titular dos Municípios de
20 Arapeí, Bananal e São Jose do Barreiro somando **para efeito de quórum, 09 (nove) membros do**
21 **segmento Municípios** e os **representantes do Estado:** Sr. Alan Charles Dias (suplente – DAEE),
22 Sra. Sonia Santos A. S. A. Almeida (titular – CETESB), Sr. Renato Farinazzo Lorza (suplente –
23 Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística), Sr. José Carlos Simões Florençano (suplente
24 – Secretaria de Saúde), Sra. Roxane Lopes de Mello Dias (titular – Secretaria de Educação), somando
25 **para efeito de quórum, 05 (cinco) membros do segmento Estado e membros das Câmaras**
26 **Técnicas do Colegiado e demais convidados.** Registra-se também a presença do seguinte membro
27 suplente, cujo titular também estava presente, portanto sem direito à voto nesta reunião: Sr. Elias
28 Adriano dos Santos (suplente – Associação Jaguamimbaba) e a falta justificada da Sra. Nelma Biondi
29 de Angelis (titular – Prefeitura de Redenção da Serra). A Sra. Maria Eduarda, Presidente do CBH-PS,
30 abre a reunião, saudando todos os presentes e solicita à Sra. Camila, que faça a chamada nominal
31 para verificação de quórum, feita a verificação de quórum, passa à aprovação da ATA da última reunião
32 realizada em 30 de abril de 2024, onde, após um apontamento feita pelo Professor Lázaro, foi corrigida
33 e APROVADA por UNANIMIDADE. Após a aprovação da ata, a Sra. Presidente inicia a ordem do dia.
34 O Sr. Lazaro questiona sobre o assunto que tinha a tratar, que ficou deliberado na última reunião que
35 seria tratado nesta reunião. A Sra. Presidente questiona a Secretaria Executiva sobre a inclusão desta
36 demanda na pauta. A Sra. Rose esclarece que o assunto está contemplado em “Outros Informes”, por
37 não se tratar de uma deliberação. O Sr. Alan reitera esse mesmo esclarecimento aos presentes. A Sra.
38 Presidente passa ao primeiro item de pauta, colocando em discussão a Deliberação **CBHPS 00x/2024**
39 **de 29 de maio de 2024**, que “Aprova o Plano de Ação e o Programa de Investimentos - PA-PI do CBH-
40 PS para o período 2024-2027”. A Sra. Presidente questiona a Secretaria Executiva sobre o modelo de
41 documento apresentado. O Sr. Alan explica que este é o modelo que foi disponibilizado pela
42 SECOFEHIDRO. A Sra. Ana Luisa questiona sobre o órgão executor que consta no sub PDC 8.2, onde
43 não constam os municípios. A Sra. Presidente questiona se é necessário corrigir a informação. A Sra.
44 Rose explica que os municípios podem ser executores e que não é necessário corrigir essa informação
45 no PAPI. A Sra. Ana Luisa também cita que existem alguns itens, à partir do 4.1, em que as metas
46 estão referentes aos itens anteriores, o que pode ser um erro de digitação. A Sra. Rose explica que o
47 material foi produzido com base no Plano de Bacias e que as informações foram retiradas do mesmo.
48 O Sr. Fabio questiona sobre o valor que consta no documento, que consta o valor previsto no Plano
49 de Bacias e não o valor atualizado que está disponível neste momento, cita ainda que a discussão

Link de gravação: Parte 1 <https://youtu.be/USHPZ0XHhtE>
Parte 2 https://youtu.be/Tk6_9ks9Mq8

50 feita anteriormente era no sentido de se aditar este valor, resultando no valor existente atualmente
51 para investimento e faz um paralelo com as peças orçamentárias feitas pelos municípios. O Sr. Alan
52 explica que o Plano mostra o que foi planejado e que agora será discutido o valor disponível. A Sra.
53 Presidente diz estar surpresa com a pergunta do Sr. Fabio, haja vista que o mesmo assumiu a CT de
54 Planejamento e que considera que esta planilha já deveria ter sido aprovada no âmbito da CT. A Sra.
55 Rose explica que a planilha que será votada no Plano de Aplicação já está contemplando os valores
56 aprovados na CT de Planejamento. A Sra. Presidente questiona o motivo dos valores não estarem
57 nesta deliberação e não somente na deliberação do edital. O Sr. Fabio relata sobre a reunião ocorrida
58 em que foi apresentada uma nova planilha pelo Sr. Alan e cita ainda que houve uma outra reunião em
59 que essa planilha foi enxuta para serem incluídos os valores atualizados e diz ainda que segundo o
60 seu entendimento, o valor deveria ser atualizado no PAPI. A Sra. Rose questiona se o Sr. Fabio deseja
61 que seja feito um PAPI só para 2024. Ele responde que não e que seja atualizado, utilizando a
62 formatação exigida pelo FEHIDRO. A Sra. Rose explica que não pode ser utilizadas projeções no PAPI
63 e sim no Plano de Aplicação Anual, onde se sabe exatamente os valores disponíveis para investimento.
64 Os dois seguem discutindo acerca deste tema. A Sra. Claude afirma que não recebeu a planilha
65 previamente e questiona se a mesma foi aprovada pela Câmara Técnica. O Sr. Alan pede à Sra. Camila
66 para que verifique o envio do e-mail aos membros, especialmente à Sra. Claude. O Sr. Fabio responde
67 que na Câmara Técnica foi apresentada a planilha e que ficou acordada uma nova reunião para
68 inserção dos valores e que no seu entendimento deveria ser incluídos os dados no PAPI e que não
69 houve um momento de aprovação em si. Os membros Olivia, Maria Tereza, Agenor e Fabio discutem
70 brevemente sobre as reuniões realizadas. O Sr. Renato explica aos membros como foram as reuniões
71 já citadas pelos outros membros, cita ainda que o PAPI é uma revisão, onde existe uma intenção de
72 investimentos e propõe aprovar a deliberação, haja vista que ainda há dois temas muito importantes
73 para serem deliberados nesta plenária. A Sra. Presidente se posiciona, explicando que considera que
74 o valor atualizado deveria constar na presente deliberação e que caso haja uma orientação para que
75 seja feito desta forma que a mesma seja apresentada por escrito. A Sra. Maria Tereza questiona sobre
76 a questão dos executores que estão faltando no documento. A Sra. Rose diz que fará consulta para
77 confirmar sobre essa questão, explicando que as informações constantes no documento são
78 provenientes do Plano de Bacias. A Sra. Amely diz que não deve ser aprovada uma coisa que não
79 está certa e que deveriam ser incluídos os valores atualizados. O Sr. Agenor diz que entende que
80 todos estão desconfortáveis com a deliberação, mas esclarece que essa planilha anexa é uma cópia
81 do Plano de Bacias e propõe que isso seja citado no texto da deliberação. A Sra. Presidente expõe
82 que é necessário aprovar esta deliberação, mas propõe que seja feita uma consulta aos órgãos
83 competentes, para esclarecer a necessidade de atualizar ou não os valores na planilha, ficando
84 pendente a assinatura, pela diretoria, desta deliberação após a consulta feita. O Sr. Alan informa que
85 será feita a consulta formalmente, para respaldar o CBH. A Sra. Presidente propõe então à Plenária,
86 diante da insegurança dos membros, entendendo que é necessário dar sequência para não
87 comprometer os projetos desse ano, que seja aprovada a deliberação da forma que está e que após
88 a consulta que será feita pela Secretaria Executiva, haverá um direcionamento se tudo bem da forma
89 como está ou se deverão ser adequados os valores. O Sr. Fabio questiona sobre o prazo, por conta
90 da publicação no Diário Oficial. O Sr. Alan responde que será solicitada prioridade e dentro de um dia
91 isso deve ser resolvido. A Sra. Presidente coloca em votação a deliberação, com a condicionante
92 colocada acima, sendo APROVADA por UNANIMIDADE. O Sr. Alan explica sobre os e-mails,
93 confirmando o envio à Sra. Claude e que a falta dos anexos pode ter sido causada por bloqueio de
94 spam. A Sra. Presidente pede que seja feita uma análise pela Secretaria Executiva, para que não
95 ocorram mais erros como esse, onde os documentos não são enviados aos membros e passa ao
96 próximo item de pauta a **Deliberação CBH-PS nº 00x/2024 de 29 de maio de 2024**, que aprova
97 diretrizes e critérios para distribuição dos recursos do FEHIDRO e Cobrança pelo uso da água,
98 segundo pleito, destinados a área do CBH-PS para 2024 e dá outras providências. O Sr. Alan explica

Link de gravação: Parte 1 <https://youtu.be/USHPZ0XHhtE>
Parte 2 https://youtu.be/Tk6_9ks9Mq8

99 que existem duas minutas dessa deliberação, sendo uma, a aprovada na Câmara Técnica e uma outra
100 que apresenta uma situação um pouco diferente. A Sra. Presidente pede que ele explique aos demais
101 e cita que houve uma ligação da Sra. Marcia, explicando sobre as duas deliberações, mas que não
102 houve um consenso sobre isso e que inclusive não recebeu a planilha. O Sr. Alan explica que houve
103 uma solicitação da superintendência do DAEE para que seja avaliado um empreendimento e o prazo
104 foi muito curto entre a solicitação e essa reunião, cita ainda um contato da Sra. Marcia e o Sr. Renato
105 em que ficou entendido que esse assunto seria trazido para a plenária para discussão e deliberação,
106 cita ainda que houve um problema de comunicação e entendimento da sua parte sobre o envio da
107 planilha à Presidente, explica ainda que as duas minutas serão apresentadas aos presentes e que a
108 sugestão da Secretaria Executiva, é o melhor possível para não prejudicar as demais ações e inicia
109 uma apresentação em tela, explicando a solicitação do DAEE em relação a este empreendimento de
110 Recuperação das Condições Operacionais da Barragem dos Motas, apresentando o ofício enviado
111 pelo DAEE e também as duas sugestões de distribuição dos recursos, que em síntese alteraria no
112 PDC 3.1 de R\$ 11.500.000,00 para R\$ 9.600.000,00, no PDC 7.1 de R\$ 21.494.856,70 para R\$
113 18.994.856,70, no PDC 6.1 de R\$ 475.000,00 para R\$ 237.500,00 e no PDC 8.2 de R\$ 2.500.000,00
114 para R\$ 237.500,00, justificando essa redução de valores nos PDCs citados, para que se inclua o PDC
115 6.2 com o valor de R\$ 6.900.000,00 para atender a demanda da superintendência do DAEE para o
116 empreendimento citado anteriormente, segue a apresentação fazendo um histórico da Barragem dos
117 Motas e mostrando algumas imagens da mesma e de algumas enchentes ocorridas em um bairro de
118 Guaratinguetá, próximo à barragem. O Sr. Marcelo Manara questiona se as enchentes são
119 consequência da falta de manutenção da barragem. O Sr. Alan responde que não, se tratando somente
120 de chuvas, mas que a apresentação visa demonstrar que os problemas podem ser maiores, caso haja
121 algum problema mais grave com a represa. O Sr. Lazaro questiona se a barragem tem a baixa do seu
122 nível fora dos períodos de chuva e que pelas informações que possui, a mesma está sempre cheia. O
123 Sr. Alan questiona a Sra. Fernanda sobre o tema, mas ela não responde no momento e o Sr. Alan diz
124 que irá buscar essas informações técnicas para enviar ao conhecimento dos interessados e finaliza a
125 apresentação colocando as duas opções para os membros analisarem, salientando que não houve
126 desrespeito ao que foi apresentado à Câmara Técnica. O Sr. Fabio, com a palavra, aborda a lisura do
127 processo, considerando que esta obra está sendo inserida neste momento e que não estava prevista
128 no Plano de Bacias e que na sua opinião deveria ter sido feita uma atualização do Plano de Bacias e
129 que, após incluir essa obra, a mesma fosse aceita, o que não ocorreu. O Sr. Fabio cita ainda que o Sr.
130 Alan optou por apresentar uma deliberação paralela, para que a plenária discuta manter ou não o que
131 havia sido elaborado pelas Câmaras Técnicas, cita ainda que essa obra é proveniente de uma
132 condenação judicial e que considera errado usar os recursos do CBH para fazer essa obra que é
133 necessária por conta desta questão judicial. O Sr. Marcelo Manara concorda com o Sr. Fabio,
134 evidenciando a questão do rito, considerando que se fosse algo emergencial, falta na apresentação os
135 laudos da Defesa Civil e que neste caso, haveria um rito diferenciado dentro da plenária por se tratar
136 de uma obra emergencial, cita ainda que se decorre de uma obrigação de fazer ao Estado, cabe um
137 respaldo de um parecer de um Procurador, haja vista o número de obrigações de fazer que o Estado
138 possui e se abrindo esse precedente de uso do FEHIDRO para financiamento dessas ações, geraria
139 uma situação de conflito legal, reafirmando que a Plenária só deveria apreciar esta matéria com o
140 respaldo de um parecer do Procurador Jurídico, por se tratar de uma condenação transitada em
141 julgado, de um problema que já existe há anos e finaliza fazendo um repúdio pela redução do valor
142 destinado para Educação Ambiental. O Sr. Renato Lorza, cita que independente do mérito, o MPO
143 impede que se utilize recursos do FEHIDRO em áreas autuadas ou que tenham condenações, cita
144 ainda que caso fosse possível o correto seria retirar o valor do montante geral e distribuir o restante
145 dentro dos PDCs, cita ainda que houveram PDCs que não foram contemplados em outros momentos,
146 por não estarem dentro do Plano de Bacias e que incluir esse item neste momento é “estranhíssimo”
147 e finaliza citando que Educação Ambiental vem sendo sistematicamente mal tratada pelo Comitê de

Link de gravação: Parte 1 <https://youtu.be/USHPZ0XHhtE>
Parte 2 https://youtu.be/Tk6_9ks9Mq8

148 Bacias, haja vista que o Plano de Educação Ambiental já foi aprovado e ainda não possui recursos
149 suficientes. A Sra. Oscarina concorda com o Sr. Marcelo Manara, e que há uma dúvida se é possível
150 utilizar os recursos para esse fim e que também ficou incomodada com a distribuição dos recursos,
151 citando a questão da Educação Ambiental que teve seus recursos reduzidos em 90%, considerando
152 que não há a possibilidade de deliberar da forma como está, pede ainda ao Sr. Alan que disponibilize
153 os laudos da Defesa Civil e demais documentos para fundamentar melhor esse pedido. A Sra. Maria
154 Regina avalia que pelas fotos apresentadas, já existe um problema anterior que é a erosão e
155 assoreamento desta barragem, pela coloração da própria água nas fotos apresentadas, cita ainda que
156 os recursos para Educação Ambiental são insuficientes e que o trabalho nessa área deve ser ampliado
157 e não diminuído, incluindo as comunidades como um todo. A Sra. Olivia diz questiona sobre o valor
158 pleiteado, cita que os recursos FEHIDRO não podem ser utilizados em condenações judiciais, que o
159 DAEE já sabia desse problema desde 2018 e que agora estaria transferindo essa questão ao comitê
160 e que este não deve ser responsabilizado caso o problema se agrave na barragem, haja vista, que o
161 processo já tem anos e nada ainda foi feito e também pede que seja apresentado o porcentual de
162 cancelamento de projetos dos outros PDCs e não somente de Educação Ambiental. A Sra. Claude
163 considera que deve ser levado em conta a distribuição feita na Câmara Técnica e questiona se houver
164 um problema emergencial em seu município poderá recorrer à Diretoria do CBH para que o projeto
165 passe direto para a plenária, como está acontecendo neste caso, portanto diz discordar da inclusão
166 deste empreendimento e que o rito deve ser seguido. O Sr. Elias ressalta a necessidade de valorizar
167 a Educação Ambiental na distribuição dos recursos, não devendo sofrer um corte drástico, citando
168 ainda que esta questão pode parar na justiça e gerar problemas para o CBH, sugere ainda que se
169 procure a AGEMVALE para buscar soluções para este empreendimento da barragem. O Sr. Portugal
170 diz que reitera as palavras dos demais colegas e que seria importante maior embasamento para
171 discussão dessa deliberação, considerando que é delicada a situação da represa e que é necessário
172 além do laudo da Defesa Civil, também de apresente um laudo do IPT, reiterando também que é
173 necessário seguir os ritos estabelecidos e que não concorda com a redução dos valores para Educação
174 Ambiental. O Sr. Neto também utiliza a palavra, concordando com os que o antecederam. O Sr. Vilmar
175 cita sobre a ausência de um órgão fiscalizador de barragens, questiona sobre a existência de
176 residências, comércios e demais situações de risco abaixo da barragem, justificando que esse órgão
177 fiscalizador deveria existir e ter poder de agir em casos de risco. O Sr. Lazaro parabeniza a plenária
178 pela discussão madura, com legalidade, prezando pelos trâmites e procedimentos, com clareza do
179 processo atropelador e que começa a ter resistência, dizendo se agradar muito com isso, cita ainda o
180 histórico da Câmara Técnica e algumas ações que já foram realizadas, considera ainda que o processo
181 deve ser barrado e que o DAEE deve fazer um projeto para recuperar o local e aproveitar para se
182 transformar em um parque, incluindo educação ambiental, diz ainda considerar que isso é um processo
183 político partidário, um problema do Estado, do DAEE e que não se deve fatiar o recurso dos pequenos
184 e finaliza convidando a todos para o encontro de educação ambiental que acontecerá no próximo dia
185 03. O Sr. Luiz Eduardo considera que é um absurdo que se tenha que discutir coisas, que acima de
186 tudo são ilegais, inserido na última hora, sabendo que não é legal. A Sra. Ana Luisa informa que no
187 Plano de Bacia não consta esse PDC. O Sr. Renato, utiliza a palavra, para dizer que, na reunião da
188 Câmara Técnica votou contra a inclusão desse assunto, mas após contato telefônico da Secretária
189 Executiva, considerou que não poderia se ignorar o assunto e que embora não concorde com essa
190 maneira de apresentar duas deliberações, o assunto foi trazido então à plenária para discussão, como
191 está acontecendo, cita ainda que estudou sobre o assunto e descobriu que existe um TAC assinado
192 para que o DAEE faça esse trabalho e que no MPO consta claramente que assuntos com pendências
193 e condenações judiciais não devem receber investimentos, finaliza citando que, em sua visão há
194 ilegalidade no processo e que já citou sobre o tema não constar nos PDCs do Plano de Bacias. A Sra.
195 Presidente cita que a discussão não é sobre o projeto em si, haja vista que não há os subsídios técnicos
196 para avaliação e sim sobre a questão do rito do processo e que considera existir um conflito de

Link de gravação: Parte 1 <https://youtu.be/USHPZ0XHhtE>
Parte 2 https://youtu.be/Tk6_9ks9Mq8

197 interesses, constatando que há uma enorme insegurança jurídica, quando se ignorou os alertas da
198 Câmara Técnica, que não consta no Plano de Bacias, que contraria o MPO por conta da questão
199 judicial, considera também necessária que haja uma consulta à Procuradoria Geral do Estado sobre
200 essa questão e solicita à Secretaria Executiva que faça essa consulta o mais breve possível. A Sra.
201 Presidente segue, dizendo que havendo uma ilegalidade e o CBH estar aprovando isso é complicado
202 e que tomando nota das falas que a antecederam, todos se expressaram de forma contrária à
203 aprovação, cita ainda a fala do Sr. Edargê (via chat) que fica registrada à seguir: *“Gostaria que ficasse*
204 *registrado em ATA minha opinião, em que pese a importância da obra, manifesto minha discordância*
205 *em retirar recursos da educação ambiental para colocar numa obra em que o estado tem obrigação*
206 *judicial para executar e isso tem impedimento pelo MPO, além desta barragem não estar dentro do*
207 *Plano de Bacias.”* O Sr. Alan cita que essa era a intenção, ou seja, trazer para a plenária se manifestar,
208 com clareza, lisura e transparência para que todos possam opinar, discutindo com todos os membros,
209 justifica ainda que os valores de educação ambiental acabaram reduzidos por conta do cruzamento
210 dos PDCs e que esse pode ser um debate próximo para priorização e destinação de recursos maiores,
211 o Sr. Alan também propõe a votação nominal dos membros sobre essa deliberação. A Sra. Presidente
212 e o Sr. Vice-presidente citam que não está previsto em estatuto a votação nominal. A Sra. Presidente
213 abre a votação a Deliberação que inclui o empreendimento apresentado pelo DAEE, sendo a mesma
214 REJEITADA pela maioria dos membros, com voto favorável somente do Sr. Alan. A Sra. Presidente
215 passa então à **Deliberação CBH-PS nº 00x/2024 de 29 de maio de 2024** que “Aprova diretrizes e
216 critérios para distribuição dos recursos do FEHIDRO e Cobrança pelo uso da água, segundo pleito,
217 destinados a área do CBH-PS para 2024 e dá outras providências”, com seu formato anterior, sem a
218 inclusão do empreendimento apresentado pelo DAEE, sendo a mesma APROVADA pela maioria, com
219 voto contrário do Sr. Alan. O Sr. Alan usa a palavra para justificar a ausência da Secretária Executiva,
220 Sra. Marcia, que está em reunião no RH do DAEE por conta da reestruturação que o órgão vem
221 passando, mas reitera que ela participou ativamente da preparação desta reunião e que está ciente
222 dos assuntos que estão sendo aqui deliberados. A Sra. Presidente pede então que o Sr. Alan passe à
223 apresentação da Prestação de Contas do custeio da Secretaria Executiva, conforme já pactuado,
224 lembrando que essa já vem solicitando há algum tempo que essa prestação de contas seja feita
225 rotineiramente aos membros durante as reuniões plenárias e pede que se registre em ata que até hoje
226 não recebeu os valores detalhados destes gastos. O Sr. Lazaro sugere que a Secretária Executiva
227 separe uma agenda para se reunir com os membros, para que todos possam ouvi-la e conhecer melhor
228 suas ideias. O Sr. Alan inicia a apresentação de uma planilha com a Prestação de Contas com os
229 pagamentos efetuados por tipo de despesa, referentes ao ano de 2023, de janeiro à dezembro,
230 destacando os gastos de maior volume, tais como Correio – que possui um valor mais alto nos meses
231 de Julho e Dezembro (R\$ 10.758,20 e R\$ 19.870,70 respectivamente), destaca o pagamento da cota
232 de patrocínio do Diálogo Interbacias (R\$ 9.500,00), o pagamento feito para consultoria para o Relatório
233 de Situação (R\$ 17.500,00), gastos com Manutenção de Veículo (R\$ 8.234,30), despesa com
234 Manutenção obras – instalações Comitê (R\$24.178,50). Neste momento a Sra. Presidente interrompe
235 o Sr. Alan questionando onde foram feitas essas obras e o Sr. Alan responde que foram feitas na sala
236 da Secretária Executiva. O Sr. Lazaro questiona se a sala é da Secretária Executiva ou da Diretora de
237 Bacia. O Sr. Alan explica que a mesma ocupa as duas funções e usa somente uma sala. Após breve
238 discussão entre o Sr. Lazaro e o Sr. Alan sobre essa obra, a Sra. Presidente diz observar a
239 necessidade de muitas melhorias na estrutura do Comitê e que ficou surpresa a ver que a prioridade
240 foi dada à sala da Diretoria da Bacia. O Sr. Fabio questiona quem avalia as notas de serviços que são
241 pagas pela Secretaria Executiva. O Sr. Alan responde que, a Secretaria Executiva faz a contratação e
242 o pagamento, sendo a documentação encaminhada ao SECOFEHIDRO para análise e que após os
243 processos ficam à disposição do Tribunal de Contas. A Sra. Presidente questiona quais obras foram
244 feitas na sala da diretoria e se há previsão para melhorias na sala do Comitê. O Sr. Alan responde que
245 foram obras estruturais, como piso e paredes e que no momento na sala do Comitê não é necessidade

Link de gravação: Parte 1 <https://youtu.be/USHPZ0XHhtE>
Parte 2 https://youtu.be/Tk6_9ks9Mq8

246 de realização de obras. O Sr. Lazaro questiona se a utilização dos recursos do custeio é deliberada
247 somente pela Secretaria Executiva e não pela Diretoria. A Sra. Presidente diz que até onde tem
248 informação, a Secretaria Executiva que contrata e faz a gestão dos recursos, por conta do CNPJ ser
249 do DAEE. O Sr. Alan responde que há um MPO de custeio que rege as normas para utilização desses
250 recursos. O Sr. Fabio cita a necessidade de trocar o notebook utilizado na sala de reunião. O Sr. Alan
251 segue a apresentação, ressaltando os seguintes gastos: Transporte para o ENCOB (R\$ 14.827,32),
252 Hospedagem no ENCOB (R\$6.120,00 e R\$ 8.904,12), Reembolso de Transportes e Alimentação no
253 ENCOB(R\$ 3.339,37 e R\$ 8477,72 respectivamente). A Sra. Presidente solicita ao Sr. Alan que traga
254 na próxima plenária os textos dos regimentos que regem a utilização desses recursos, para
255 conhecimento e esclarecimento de todos. O Sr. Lazaro questiona se o saldo existente no custeio não
256 poderia ser utilizado para fazer a obra da represa, discutida nesta reunião. O Sr. Alan responde que o
257 saldo existente foi transferido para investimento, um valor de R\$ 6 milhões. A Sra. Presidente relembra
258 que já foi solicitado que além da prestação de contas, fosse apresentado o saldo atualizado da conta
259 e questiona o Sr. Alan sobre esta informação. O Sr. Alan solicita à Sra. Silvana que verifique o saldo
260 em conta para relatar aos membros presentes. A Sra. Presidente passa aos demais informes e passa
261 a palavra ao Sr. Lazaro que explica sobre as vagas no Memorial que precisam ser preenchidas, por
262 indicação do Comitê e que também será solicitada uma indicação do DAEE. O Sr. Vice-presidente
263 sugere que seja enviado um e-mail à todos os membros para que aqueles que se interessarem,
264 possam se manifestar. A Sra. Presidente concorda e fica acordado que este e-mail será enviado para
265 que todos tenham a oportunidade de se candidatar a esta vaga e passa a palavra ao Sr. Vilmar, que
266 faz uma explanação sobre o Projeto da Termelétrica que pretende-se construir em Caçapava,
267 apresentando dados sobre os malefícios que esta usina pode trazer para toda a região, defendendo
268 que este projeto não prospere por todos os problemas que pode causar e conclui solicitando que o
269 CBH se pronuncie oficialmente sobre este assunto. A Sra. Presidente se diz aberta para trazer o debate
270 para Comitê e que todos aqueles que podem trazer informações sobre o tema são bem-vindos para
271 enriquecer esse debate, apoiando, portanto, a solicitação do Sr. Vilmar, solicitando que o mesmo fale
272 com os coordenadores das Câmaras Técnicas para ir articulando essas discussões. O Sr. Portugal
273 sugere que o COMAM de Lorena seja consultado sobre a questão da termelétrica, haja vista o histórico
274 do Conselho que barrou um projeto desta natureza. A Sra. Presidente cobra que a Secretaria Executiva
275 envie os convites às instituições científicas de ensino para a composição da Comissão Científica,
276 conforme acordado na reunião. O Sr. Alan informa aos presentes o saldo financeiro de custeio em
277 31/12/23: R\$ 865.077,18. A Sra. Presidente lembra a todos que o Edital está aberto e questiona sobre
278 o prazo para protocolo de projetos, A Sra. Camila responde que o prazo se inicia hoje e termina em 30
279 de junho. A Sra. Presidente agradece aos presentes e encerra a presente reunião.